

**Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis,
Atuariais e Financeiras - FIPECAFI**

Demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2023

Relatório dos Auditores Independentes

Demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2023.

Índice

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis 3

Demonstrações contábeis auditadas

Balanços patrimoniais.....	6
Demonstrações do resultado	7
Demonstrações do resultado abrangente	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa.....	10
Demonstrações do valor adicionado	11
Notas explicativas às demonstrações contábeis	12

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

Ao
Conselho Curador e Diretoria Executiva da
Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras - FIPECAFI
São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras - FIPECAFI (“Fundação”)**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras - FIPECAFI** em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e normas específicas aplicáveis as entidades sem fins lucrativos (ITG 2002 (R1)).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação a Fundação de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Auditoria do exercício anterior

As demonstrações contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, apresentadas para fins comparativos, foram examinadas por outro auditor independente, que emitiu relatório em 28 de abril de 2023, sem modificação.

Outros assuntos--Continuação

Demonstração do valor adicionado

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaborada sob a responsabilidade da administração da Fundação e apresentada como informação suplementar de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 – “Demonstração do Valor Adicionado”, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Fundação. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que a DVA não foi elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e são consistentes em relação a demonstração contábil.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração da Fundação é responsável pela elaboração e adequada apresentação destas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades sem fins lucrativos (ITG 2002 (R1)), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Fundação continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Fundação ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Fundação são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantivemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis--Continuação

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar a nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria, a fim de planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Fundação;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Fundação. Se concluímos que existe incerteza significativa, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Fundação a não mais se manterem em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações, e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante os nossos trabalhos.

São Paulo, 19 de abril de 2024.

Baker Tilly 4Partners Auditores Independentes Ltda.

CRC 2SP-031.269/O-1



Alexandre De Labetta Filho
Contador CRC 1SP-182.396/O-2



Vanderlei Marcello Fernandes Junior
Contador CRC 1SP-297.750/O-4

Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras - FIECAFI

Balancos patrimoniais Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em Reais)

Ativo	Notas	2023	2022	Passivo e patrimônio líquido	Notas	2023	2022
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4.1	32.872	2.805.749	Fornecedores	4.4	618.519	802.412
Contas a receber	4.2	3.179.836	3.456.130	Obrigações trabalhistas	4.5	2.214.049	2.174.898
Adiantamentos diversos		334.348	481.440	Tributos a recolher	4.6	286.550	327.038
Ativo mantido para venda	3.1.1	6.010.000	-	Empréstimos a pagar	4.3	1.971.431	1.991.654
Outros ativos		173.101	288.012	Contas a pagar	5.2	669.606	638.820
		<u>9.730.157</u>	<u>7.031.331</u>	Serviços prestados a pagar	4.7	1.617.434	2.561.052
				Adiantamentos de clientes	4.8	518.971	480.431
						<u>7.896.560</u>	<u>8.976.305</u>
Não circulante				Não circulante			
Investimentos e Propriedades para investimentos	3.1	21.830.856	28.100.856	Contas a pagar	5.2	558.005	1.171.171
Depósitos judiciais	5.1	55.329.896	51.798.455	Empréstimos a pagar	4.3	3.128.441	3.949.605
Imobilizado	3.2	16.489.016	16.888.056	Serviços prestados a pagar	4.7	1.482.537	-
Intangível	3.3	339.430	298.498	Provisões para demandas judiciais	5.3	36.369.512	33.534.155
		<u>93.989.198</u>	<u>97.085.865</u>			<u>41.538.495</u>	<u>38.654.931</u>
				Patrimônio líquido			
				Patrimônio social	6.3	45.000.000	45.000.000
				Ajuste de avaliação patrimonial		8.861.049	9.121.494
				Superávit acumulado		423.251	2.364.466
						<u>54.284.300</u>	<u>56.485.960</u>
Total do ativo		<u><u>103.719.355</u></u>	<u><u>104.117.196</u></u>	Total do passivo e do patrimônio líquido		<u><u>103.719.355</u></u>	<u><u>104.117.196</u></u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras - FIPECAFI

Demonstrações do resultado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em Reais)

	Notas	2023	2022
Receita líquida de serviços	2.1	26.890.687	31.092.080
(-) Custos dos serviços prestados	2.2	(21.554.407)	(25.693.179)
(=) Resultado bruto com serviços		5.336.280	5.398.901
(+) Outras receitas e despesas recorrentes			
Despesas administrativas	2.3	(8.832.732)	(11.847.079)
Receitas de aluguéis	2.4	2.010.355	1.660.386
Ganho na variação de propriedades para investimento	3.1	-	3.730.000
Perda na venda de ativos	3.1.1	(50.000)	-
Outras receitas/(despesas) operacionais		416.394	209.861
		(6.455.983)	(6.246.832)
Déficit antes do resultado financeiro		(1.119.703)	(847.931)
Receitas financeiras	2.5	80.781	111.884
Despesas financeiras	2.5	(1.162.738)	(335.083)
Resultado financeiro líquido		(1.081.957)	(223.199)
Déficit do exercício		(2.201.660)	(1.071.130)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras - FIPECAFI

Demonstrações do resultado abrangente Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em Reais)

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Déficit do exercício	(2.201.660)	(1.071.130)
Ajuste de avaliação patrimonial - imobilizado para propriedade para investimento	-	7.230.529
Outros componentes do resultado abrangente	(260.445)	(260.445)
Total do resultado abrangente do exercício	<u>(2.462.105)</u>	<u>5.898.954</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras - FIPECAFI

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em Reais)

	Patrimônio social	Ajuste de avaliação patrimonial	Superávits / (Déficits) acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021	32.000.000	2.151.410	16.175.151	50.326.561
Ajuste de avaliação patrimonial	-	(260.445)	260.445	-
Transferência de superávit	13.000.000		(13.000.000)	-
Déficit do exercício	-	-	(1.071.130)	(1.071.130)
Ajuste de avaliação patrimonial - imobilizado para propriedade para investimento		7.230.529		7.230.529
Saldos em 31 de dezembro de 2022	45.000.000	9.121.494	2.364.466	56.485.960
Ajuste de avaliação patrimonial	-	(260.445)	260.445	-
Déficit do exercício	-	-	(2.201.660)	(2.201.660)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	45.000.000	8.861.049	423.251	54.284.300

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras - FIPECAFI

Demonstrações dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em Reais)

	Notas	2023	2022
Déficit do exercício		(2.201.660)	(1.071.130)
Itens que não afetam o caixa operacional			
Depreciação e amortização	3.2 e 3.3	626.437	612.995
Juros a transcorrer		991.199	35.359
Perdas estimadas em crédito de liquidação duvidosa - reversão/(constituição)	4.2	1.496.509	(864.377)
Ganho na variação de propriedades para investimento	3.1	-	(3.730.000)
Perda na venda de ativos mantidos para venda	3.1.1	50.000	-
Déficit/Superávit do exercício ajustado		962.485	(5.017.153)
Aumento/(Diminuição) das contas de ativo e passivo			
Contas a receber		(1.220.215)	(59.318)
Adiantamentos diversos		147.092	232.382
Depósitos judiciais		(696.084)	(379.919)
Fornecedores		(183.893)	99.622
Obrigações trabalhistas		39.151	322.924
Serviços prestados a pagar		538.919	1.211.212
Adiantamentos de clientes		38.540	(252.742)
Provisões para demandas judiciais		-	(621.794)
Outros		(507.957)	(468.079)
Caixa líquido consumido nas atividades operacionais		(881.962)	(4.932.865)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
Venda de propriedade para investimento		210.000	-
Adições do ativo imobilizado	3.2	(5.538)	(1.072.632)
Adições do ativo intangível	3.3	(262.791)	(440.446)
Caixa líquido consumido nas atividades de investimentos		(58.329)	(1.513.078)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos			
Captações de financiamentos		160.596	5.905.900
Pagamentos dos financiamentos		(1.028.037)	-
Juros pagos		(965.145)	-
Caixa líquido gerado das (consumido) nas atividades de financiamentos		(1.832.586)	5.905.900
Redução líquida de caixa e equivalentes de caixa		(2.772.877)	(540.043)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		2.805.749	3.345.792
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		32.872	2.805.749
Redução líquida de caixa e equivalentes de caixa		(2.772.877)	(540.043)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras - FIPECAFI

Demonstrações do valor adicionado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em Reais)

	2023	2022
Receitas		
Receitas de serviços	26.890.687	31.092.080
Ganho na variação de propriedades para investimentos	-	3.730.000
Perdas estimadas em crédito de liquidação duvidosa - reversão/(constituição)	(1.496.509)	585.971
Receitas diversas	366.394	209.861
	25.760.572	35.617.912
Insumos adquiridos de terceiros		
Despesas dos serviços prestados	(8.829.078)	(12.650.967)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(4.503.043)	(8.449.233)
	(13.332.121)	(21.100.200)
Valor adicionado bruto	12.428.451	14.517.712
Depreciação e amortização	(626.437)	(612.995)
Valor adicionado líquido gerado / aplicado pela Fundação	11.802.014	13.904.717
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	80.781	111.884
Receitas de aluguéis	2.010.355	1.660.386
	2.091.136	1.772.270
Valor adicionado total a distribuir	13.893.150	15.676.987
Empregados		
Remuneração direta	9.372.042	10.617.454
Benefícios	2.262.867	2.136.836
FGTS	895.762	914.777
	12.530.671	13.669.067
Tributos		
INSS cota patronal	2.287.598	2.596.040
PIS sobre folha	87.340	99.831
Outras taxas e contribuições	26.463	48.096
	2.401.401	2.743.967
Remuneração de capitais de terceiros		
Juros	1.162.738	335.083
Remuneração de capitais próprios		
Déficit do exercício	(2.201.660)	(1.071.130)
Distribuição do valor adicionado	13.893.150	15.676.987

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

1. Apresentação

1.1. Contexto operacional

A **Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras (“FIPECAFI” ou “Fundação”)** é uma instituição sem fins lucrativos, constituída em 1º de agosto de 1974 por professores da Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Atuária da Universidade de São Paulo (FEA/USP) e tem, como uma de suas missões, fornecer apoio institucional ao Departamento de Contabilidade e Atuária (EAC) da FEA/USP, desempenhando suas atividades com os seguintes objetivos:

- a)** Colaborar, através dos meios adequados, com instituições públicas e privadas, em programas de Ciências Contábeis, Atuariais e Financeiras visando o desenvolvimento econômico-social;
- b)** Manter a Instituição de Ensino Superior “Faculdade Fipecafi”, oferecendo cursos e demais programas de educação superior;
- c)** Promover cursos, simpósios, seminários, conferências e estudos nas áreas de Contabilidade, Finanças, Atuária, Controladoria, Governança Corporativa, Controle e Gestão de Negócios, Controle e Gestão de Riscos, Auditoria, Tributos, Tecnologia da Informação, Controle e Gestão de Cadeia de Suprimentos, Logística Empresarial, Previdência, Parcerias Público-Privadas, dentre outras, e que contribuam para o desenvolvimento do ensino, da pesquisa e da extensão, bem como para a melhoria dos técnicos que trabalham nos diversos setores da comunidade;
- d)** Pesquisar e desenvolver projetos e aplicações, com foco em inovação, na interseção entre tecnologia e as áreas mencionadas;
- e)** Colaborar na organização e implementação dos cursos de pós-graduação em Contabilidade, Finanças e Atuária para entidades de ensino que requisitarem os seus serviços;
- f)** Promover a divulgação de conhecimentos das áreas mencionadas por meio de publicações técnicas, tais como livros, revistas, periódicos, monografias e outras formas que se fizerem adequadas;
- g)** Implementar sistemas de bolsas no sentido de apoiar a formação de estudantes e professores de alto valor, colaborando assim na preparação de recursos humanos de alto nível para as áreas de Contabilidade, Finanças, Atuária e correlatas; e
- h)** Realizar pesquisas e prestar serviços de forma a atender às necessidades dos setores público e privado, tudo dentro de cânones acadêmicos que permitam, simultaneamente, o atendimento do objetivo citado e o treinamento de pessoal especializado.

1. Apresentação--Continuação

1.1. Contexto operacional--Continuação

Os resultados das atividades desenvolvidas pela FIPECAFI são estendidos à comunidade por meio da publicação de livros e artigos, oferecimento de cursos de graduação, pós-graduação (*lato sensu*) e mestrado profissional (*stricto sensu*), todos com reconhecimento pelo MEC, além de cursos de extensão de curta e de média duração, apresentação de palestras, seminários, simpósios e conferências.

Adicionalmente, a FIPECAFI desenvolve projetos de pesquisa contratados por entidades públicas, empresas privadas e organizações do terceiro setor, visando a emissão de pareceres técnicos, estudos e outras abordagens relacionadas à aplicação prática dos conhecimentos de ponta produzidos e desenvolvidos com a realização de pesquisas científicas.

1.2. Plano contingencial

O setor educacional privado vem passando por uma crise na captação de novos alunos, decorrente da pandemia da COVID-19 e da demora na retomada do crescimento da economia brasileira. Esta crise afetou a captação de novos alunos pela Faculdade FIPECAFI nos últimos processos seletivos e, como consequência, a geração de caixa no período sofreu uma redução substancial.

Adicionalmente, houve retração na demanda por projetos e pareceres, decorrentes dos mesmos problemas econômicos e do aumento da concorrência no oferecimento desse tipo de serviço, o que também vem afetando o caixa da nossa instituição.

Em função do exposto, a Administração, visando o equilíbrio financeiro e patrimonial, vem implementando um conjunto de medidas, dentre as quais destacamos:

- Melhorar o processo para captação de novos alunos e a criação de novos cursos e projetos a serem ofertados ao mercado;
- Melhorar a retenção dos alunos controlando a evasão nos cursos;
- Intensificar o processo de cobrança e acompanhamento das contas a receber, reduzindo o nível de inadimplência;
- Reduzir as despesas e os custos com pessoal e administrativos;
- Analisar o resultado de cada curso ou programa, avaliando semestralmente quais devem ser mantidos, reduzidos ou encerrados;
- Melhorar os processos administrativo-financeiros, de forma a agilizar as rotinas internas mitigando perdas e erros;
- Renegociar ou suspender contratos que não produzam impactos significativos em suas operações; e
- Manter práticas de acompanhamento tempestivo do planejamento orçamentário.

1. Apresentação--Continuação

1.2. Plano contingencial--Continuação

O conjunto dessas ações faz parte do planejamento que busca o equilíbrio econômico-financeiro da Fundação, visando reduzir o volume de seu endividamento. Diversas das ações descritas anteriormente já começaram a ser implantadas no ano de 2023 e continuarão sendo executadas ao longo de 2024 e anos seguintes, visando atingir o equilíbrio econômico-financeiro e, com isso, possibilitando a continuidade de suas atividades, a qualificação contínua do seu quadro de colaboradores e a adequação das instalações físicas. A Administração da Fundação acredita que todas essas medidas trarão os resultados esperados e proporcionarão a equalização do fluxo financeiro de curto, médio e longo prazos.

1.3. Elaboração e apresentação das demonstrações contábeis

Declaração de conformidade e aprovação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades sem fins de lucro, com base nas disposições contidas nas *Interpretações Técnicas Gerais - ITG 2002 (R1) – Entidades sem finalidades de lucros*, aprovada pela *Resolução CFC nº 2015/ITG2002(R1)*, de 2 de setembro de 2015, quando aplicável, e em observância aos pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados por resoluções do Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração da FIPECAFI na sua gestão.

As demonstrações contábeis da Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras - FIPECAFI do exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foram autorizadas para emissão por sua Diretoria Executiva em 19 de abril de 2024, considerando os eventos subsequentes ocorridos até esta data.

Uso de estimativas e julgamentos

Na elaboração das demonstrações contábeis são utilizadas estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações, entre as quais se encontram:

- (i) A determinação das vidas úteis dos itens do ativo imobilizado e sua recuperabilidade nas operações;
- (ii) Avaliações de ativos financeiros pelo valor justo;

1. Apresentação--Continuação

1.3. Elaboração e apresentação das demonstrações contábeis-- Continuação

- (iii) Análise de risco na determinação das perdas estimadas com créditos de difícil liquidação; e
- (iv) Análise dos riscos na determinação das provisões necessárias para passivos contingentes.

As estimativas e premissas são revistas de maneira contínua, sendo os efeitos dessas revisões reconhecidos no período em que ocorrem.

As notas explicativas para as contas com mensurações determinadas por estimativas, que se utilizam de premissas e julgamentos sobre políticas contábeis adotadas, são as seguintes:

- **Nota 3.1** – Propriedades para investimentos;
- **Nota 3.2** – Imobilizado;
- **Nota 3.3** – Intangível;
- **Nota 4.2** – Contas a receber; e
- **Nota 5.3** – Provisões para demandas judiciais.

Base de elaboração

As demonstrações contábeis foram preparadas com a adoção dos critérios de mensuração definidos nos diversos pronunciamentos aplicáveis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da FIPECAFI, com os valores arredondados para a unidade mais próxima.

Determinação do valor justo

Diversas políticas e divulgações contábeis da FIPECAFI exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para alguns não financeiros. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

2. Desempenho

2.1. Receita líquida de serviços

As receitas são reconhecidas nos períodos em que os serviços são prestados, adotando-se o método da percentagem completada para sua mensuração, de acordo com os seguintes critérios:

- (i) As receitas educacionais são mensuradas em função da quantidade de aulas efetivamente ministradas em cada período;
- (ii) As receitas relacionadas com os projetos de pesquisas contratados, são mensuradas proporcionalmente ao percentual equivalente à tarefa concluída, em conformidade com o contrato e respectiva aprovação do cliente; e
- (iii) As receitas relacionadas com outras atividades (congressos e direitos autorais), são mensuradas conforme a realização dos eventos e venda de livros.

As composições dessas receitas, nos anos de 2023 e 2022, são apresentadas a seguir:

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Educacionais (i)	19.257.707	22.118.365
Projetos e pesquisas (ii)	6.827.685	8.599.629
Outras atividades (iii)	805.295	374.086
	<u>26.890.687</u>	<u>31.092.080</u>

Política de bolsas sociais

Em atendimento à Interpretação Técnica Geral - ITG 2002 (R1), a FIPECAFI mantém política de concessão de bolsas sociais com percentuais que podem atingir 100% e subsídios integrais a seus colaboradores para realização de cursos na Faculdade FIPECAFI.

O valor da gratuidade concedida a alunos bolsistas e colaboradores no ano de 2023 foi de R\$ 146.863 (R\$ 174.491 em 2022), que equivalem a 7 bolsas (12 em 2022).

2.2. Custos dos serviços prestados

São reconhecidos nos períodos em que ocorrem as prestações dos serviços para a instituição e são segregados pelas atividades:

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Educacionais	(15.597.997)	(18.214.247)
Projetos e pesquisas	(5.482.948)	(7.103.467)
Outras atividades	(473.462)	(375.465)
	<u>(21.554.407)</u>	<u>(25.693.179)</u>

2. Desempenho--Continuação

2.3. Despesas administrativas

Referem-se aos gastos com pessoal, materiais de escritório, corporativas e serviços terceirizados, dentre outros:

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Pessoal	(4.836.312)	(5.101.999)
Serviços terceirizados	(2.136.940)	(2.427.443)
Estruturais e corporativas	(1.233.043)	(2.093.972)
Honorários de êxito jurídico	-	(1.610.670)
Depreciação e amortização	(626.437)	(612.995)
	<u>(8.832.732)</u>	<u>(11.847.079)</u>

2.4. Receitas de aluguéis

São reconhecidas no resultado pelo método linear no prazo do arrendamento ou locação, independente do prazo de recebimento dos valores formalizados em cada contrato, e são provenientes de:

- a) Contratos de arrendamentos das propriedades para investimentos; e
- b) Locação das salas de aulas disponíveis quando há ociosidade.

As composições dessas receitas, nos anos de 2023 e 2022, são apresentadas a seguir:

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Imóveis próprios	1.047.055	949.839
Salas de aulas	963.300	710.547
	<u>2.010.355</u>	<u>1.660.386</u>

Os valores nominais contratados de aluguéis para os próximos 4 anos, levando em conta os contratos já assinados por prazo determinado ou indeterminado, são:

- 2024 – R\$1.103.263;
- 2025 – R\$ 956.036;
- 2026 – R\$ 702.036; e
- 2027 – R\$ 597.036.

2. Desempenho--Continuação

2.5. Resultado financeiro líquido

As receitas financeiras correspondem aos rendimentos sobre aplicações financeiras e são mensuradas pelo método do custo amortizado e apropriadas *pro rata temporis*.

As despesas financeiras se referem ao pagamento dos juros sobre os empréstimos contraídos, atualização monetárias dos valores contingenciados e juros sobre tributos não recolhidos até a data do balanço.

A composição do resultado financeiro líquido está assim distribuída:

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Receitas financeiras		
Rendimentos de aplicações financeiras	80.781	111.884
Despesas financeiras		
Encargos sobre empréstimos – a)	(991.199)	(35.359)
Atualização monetária passiva e juros	(171.539)	(147.438)
Outros	-	(152.286)
	<u>(1.162.738)</u>	<u>(335.083)</u>
Resultado financeiro líquido	<u>(1.081.957)</u>	<u>(223.199)</u>

a) Os empréstimos foram firmados em dezembro de 2022, assim, os encargos sobre empréstimos de 2022 se referem a um mês incorrido e em 2023 contempla 12 meses.

3. Propriedades para investimentos, imobilizado, intangível e outros investimentos

A Fundação tem em seu patrimônio imóveis mantidos para renda e quotas em outras entidades parceiras.

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Investimentos (títulos patrimoniais)	40.856	40.856
Propriedade para investimentos	21.790.000	28.060.000
Total	<u>21.830.856</u>	<u>28.100.856</u>

3.1. Propriedades para investimentos

Foram mensuradas pelo custo de aquisição no reconhecimento inicial e, nos períodos subsequentes, mensurados ao valor justo, conforme opção permitida pelo pronunciamento técnico aplicável. A Administração entende que essa mensuração apresenta uma visão mais adequada da evolução do valor patrimonial desses ativos. As variações (ganhos ou perdas) resultantes de mudanças no valor justo são reconhecidas no resultado de cada período.

As movimentações ocorridas nos períodos de 2023 e 2022 foram:

3. Propriedades para investimentos, imobilizado, intangível e outros investimentos--Continuação

3.1. Propriedades para investimentos--Continuação

	Valor
Saldo em 1º de janeiro de 2022	15.680.000
Transferências efetuadas em 01 de julho de 2022	
2º andar Prédio Maestro Cardim	354.868
3º andar Prédio Maestro Cardim	354.868
4º andar Prédio Maestro Cardim	354.868
9º andar Prédio Maestro Cardim	354.867
	<u>1.419.471</u>
Saldo em 31 de julho de 2022	17.099.471
Mudança no valor justo dos andares reclassificados	7.230.529
Saldo em 31 de julho de 2022	24.330.000
Mudança no valor justo dos imóveis	3.730.000
Saldo em 31 de dezembro de 2022	28.060.000
Transferência para ativo mantido para venda (Nota Explicativa 3.1.1)	(6.270.000)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	21.790.000

O valor justo dos imóveis e dos andares do prédio sede situado na Rua Maestro Cardim, já deduzido do valor transferido para o circulante, monta R\$ 21.790.000 (R\$ 28.060.000 no exercício de 2022) e está suportado por laudo de avaliação elaborado em janeiro de 2024 por empresa independente e especializada em avaliações de imóveis.

O laudo de avaliação apresentou uma mudança no valor justo dos imóveis no montante de R\$ 990.000, não contabilizados nessas demonstrações contábeis, levando em consideração para tal decisão as propostas de compras apresentadas pelas imobiliárias, cujos valores oferecidos estão abaixo do valor justo apresentado nos laudos de avaliação realizados pela empresa contratada. Em 2024, a Fundação acredita numa retomada do mercado de compra e venda de imóveis, momento em que haverá nova oportunidade de avaliação desses imóveis.

O critério utilizado para a obtenção do valor justo dos imóveis, tanto em 2023 como em 2022, foi o método evolutivo com base no valor por m² (metro quadrado). Para os imóveis da Rua Alvarenga, o valor do terreno foi obtido com a utilização do método comparativo de dados do mercado e das benfeitorias pelo método da quantificação do custo de benfeitorias. Quanto à sala localizada na Av. José Cesar de Oliveira, 265 foi utilizado o método comparativo de dados de mercado.

3. Propriedades para investimentos, imobilizado, intangível e outros investimentos--Continuação

3.1. Propriedades para investimentos--Continuação

3.1.1. Ativo circulante mantido para venda

	<u>Valor</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2022	-
Saldo transferido de propriedades para investimentos (Nota Explicativa 3.1)	6.270.000
Baixa de ativos vendidos	(260.000)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	<u>6.010.000</u>

Em 2023, as duas salas situadas na Av. José Cesar de Oliveira no montante de R\$ 500.000 e o terreno situado na Rua Alvarenga no montante de R\$ 5.770.000 foram transferidos para ativo mantido para venda. No final de 2023 foi celebrado o compromisso de venda da sala nº 206 no valor de R\$ 210.000 resultando em perda na venda de R\$ 50.000, em relação ao valor que estava contabilizado no montante de R\$ 260.000.

3.2. Imobilizado

a. Reconhecimento e mensuração

O imobilizado está registrado ao custo de aquisição deduzido das respectivas depreciações acumuladas.

b. Custos subsequentes

O custo de um componente do imobilizado, em caso de benfeitorias e reposições, é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a FIPECAFI e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. Os custos de manutenção do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

c. Depreciação

A depreciação é reconhecida no resultado aplicando-se o método linear com base nas taxas apresentadas para cada componente do imobilizado, pois esse é o método que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

3. Propriedades para investimentos, imobilizado, intangível e outros investimentos--Continuação

3.2. Imobilizado--Continuação

c. Depreciação--Continuação

O método de depreciação, as taxas adotadas e os valores residuais de terrenos e imóveis, que são os bens mais relevantes, são revistos a cada encerramento de exercício contábil e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

Imobilizado	Custo 2023	Depreciação acumulada	Custo Líquido 2023	Custo Líquido 2022
Terrenos	6.010.001	-	6.010.001	6.010.001
Imóveis	13.159.202	(3.300.435)	9.858.767	10.094.469
Computadores e periféricos	3.393.492	(3.153.166)	240.326	318.327
Móveis e utensílios	1.589.275	(1.392.406)	196.869	233.239
Máquinas e equipamentos	1.606.423	(1.426.710)	179.713	219.176
Biblioteca	197.498	(194.158)	3.340	12.844
Total	25.955.891	(9.466.875)	16.489.016	16.888.056

Imobilizado	Custo 2022	Depreciação acumulada	Custo Líquido 2022	Custo Líquido 2021
Terrenos	6.010.001	-	6.010.001	6.010.001
Imóveis	13.159.202	(3.064.733)	10.094.469	11.178.537
Computadores e periféricos	3.388.273	(3.069.946)	318.327	179.694
Móveis e utensílios	1.588.956	(1.355.717)	233.239	133.009
Máquinas e equipamentos	1.606.423	(1.387.247)	219.176	118.532
Biblioteca	197.498	(184.654)	12.844	26.225
Reformas em andamento	-	-	-	26.375
Total	25.950.353	(9.062.297)	16.888.056	17.672.373

Movimentação do imobilizado

	Taxa (% ao ano)	Custo em 2022	Adições	Custo em 2023
Terrenos		6.010.001	-	6.010.001
Imóveis	2,5%	13.159.202	-	13.159.202
Computadores e periféricos	20%	3.388.273	5.219	3.393.492
Móveis e utensílios	10%	1.588.956	319	1.589.275
Máquinas e equipamentos	10%	1.606.423	-	1.606.423
Biblioteca	10%	197.498	-	197.498
		25.950.353	5.538	25.955.891

Depreciação acumulada	Saldo em 2022	Adições	Saldo em 2023
Imóveis	(3.064.733)	(235.702)	(3.300.435)
Computadores e periféricos	(3.069.946)	(83.220)	(3.153.166)
Móveis e utensílios	(1.355.717)	(36.689)	(1.392.406)
Máquinas e equipamentos	(1.387.247)	(39.463)	(1.426.710)
Biblioteca	(184.654)	(9.504)	(194.158)
	(9.062.297)	(404.578)	(9.466.875)
Saldo líquido	16.888.056	(399.040)	16.489.016

3. Propriedades para investimentos, imobilizado, intangível e outros investimentos--Continuação

3.2. Imobilizado--Continuação

c. Depreciação--Continuação

	Taxa (% ao ano)	Custo em 2021	Adições	Baixa	Transferência a)	Custo em 2022
Terrenos		6.010.001	-	-	-	6.010.001
Imóveis	2,5%	14.433.753	593.445	-	(1.867.996)	13.159.202
Computadores e periféricos	20%	3.167.966	223.989	(3.682)	-	3.388.273
Móveis e utensílios	10%	1.446.711	142.245	-	-	1.588.956
Máquinas e equipamentos	10%	1.467.095	139.328	-	-	1.606.423
Biblioteca	10%	197.498	-	-	-	197.498
Reformas em andamento		26.375	-	(26.375)	-	-
		26.749.399	1.099.007	(30.057)	(1.867.996)	25.950.353

	Saldo em 2021	Adições	Baixa	Transferência a)	Saldo em 2022
Depreciação acumulada					
Imóveis	(3.255.216)	(258.042)	-	448.525	(3.064.733)
Computadores e periféricos	(2.988.272)	(85.356)	3.682	-	(3.069.946)
Móveis e utensílios	(1.313.702)	(42.015)	-	-	(1.355.717)
Máquinas e equipamentos	(1.348.563)	(38.684)	-	-	(1.387.247)
Biblioteca	(171.273)	(13.381)	-	-	(184.654)
	(9.077.026)	(437.478)	3.682	448.525	(9.062.297)
Saldo líquido	17.672.373	661.529	(26.375)	(1.419.471)	16.888.056

a) Saldos transferidos para propriedade para investimento conforme Nota Explicativa 3.1.

d. Redução ao valor recuperável

Os ativos do imobilizado têm o seu valor recuperável testado anualmente, caso haja indicadores de perda de valor. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, não há evidências de não recuperabilidade desses ativos, não havendo a necessidade do reconhecimento de *impairment*.

3. Propriedades para investimentos, imobilizado, intangível e outros investimentos--Continuação

3.3. Intangível

Compreende direitos de uso de softwares e material desenvolvido que são mensurados pelo custo total de aquisição deduzido das despesas de amortização, as quais são mensuradas com base na vida útil estimada e que variam de 1 a 5 anos. Considerando que não há evidências de não recuperabilidade desses ativos, não houve a necessidade do reconhecimento de *impairment*.

Intangível	Custo 2023	Depreciação acumulada	Custo Líquido 2023	Custo Líquido 2022
Marcas e patentes	4.914	(1.633)	3.281	3.281
Softwares	2.140.154	(2.091.488)	48.666	108.285
Material desenvolvido	339.739	(52.256)	287.483	35.822
Intangível em desenvolvimento	-	-	-	151.110
Total	2.484.807	(2.145.377)	339.430	298.498

Intangível	Custo 2022	Depreciação acumulada	Custo Líquido 2022	Custo Líquido 2021
Marcas e patentes	4.914	(1.633)	3.281	3.281
Softwares	2.024.392	(1.916.107)	108.285	30.288
Material desenvolvido	41.600	(5.778)	35.822	-
Intangível em desenvolvimento	151.110	-	151.110	-
Total	2.222.016	(1.923.518)	298.498	33.569

	Taxa média (% ao ano)	2022			2023
		Custo	Adições	Transferência	Custo
Marcas e patentes		4.914	-	-	4.914
Softwares	100%	2.024.392	115.762	-	2.140.154
Material desenvolvido	33%	41.600	147.029	151.110	339.739
Intangível em desenvolvimento		151.110	-	(151.110)	-
		2.222.016	262.791	-	2.484.807

Amortização acumulada	2022	Adições	Transferência	2023
Marcas e patentes	(1.633)	-	-	(1.633)
Softwares	(1.916.107)	(175.381)	-	(2.091.488)
Material desenvolvido	(5.778)	(46.478)	-	(52.256)
	(1.923.518)	(221.859)	-	(2.145.377)
Saldo líquido	298.498	40.932	-	339.430

	Taxa média (% ao ano)	2021		2022
		Custo	Adições	Custo
Marcas e patentes		4.914	-	4.914
Softwares	100%	1.776.656	247.736	2.024.392
Material desenvolvido	33%	-	41.600	41.600
Intangível em desenvolvimento		-	151.110	151.110
		1.781.570	440.446	2.222.016

Amortização acumulada	2021	Adições	2022
Marcas e patentes	(1.633)	-	(1.633)
Softwares	(1.746.368)	(169.739)	(1.916.107)
Material desenvolvido	-	(5.778)	(5.778)
	(1.748.001)	(175.517)	(1.923.518)
Saldo líquido	33.569	264.929	298.498

4. Capital de giro

4.1. Caixa e equivalentes de caixa

A Fundação mantém seus recursos disponíveis em caixa, conta corrente bancária e aplicações de curto prazo com liquidez diária, em renda fixa. Parte preponderante das aplicações foram realizadas em Certificado de Depósito Bancário (CDB) com rendimento de 100% da taxa do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) em instituições financeiras de primeira linha, todos sujeitos a risco insignificante de mudança de valor. O rendimento acompanha a taxa CDI com rentabilidade média de 0,97% a.m. apurada em 2023 (0,72% a.m. em 2022). O saldo diário final em conta corrente é transferido para aplicações de curto prazo com lastro em CDB.

Os saldos de caixa e depósitos bancários são demonstrados pelo valor justo, enquanto as aplicações financeiras estão avaliadas pelo método do custo amortizado na data do balanço, estando assim apresentados:

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Caixa	5.200	5.230
Contas correntes	3.553	11.201
Aplicações Financeiras	24.119	2.789.318
Banco do Brasil S.A.	441	184
Banco Santander (Brasil) S.A.	20.656	27.742
Banco Bradesco S.A.	3.022	2.761.392
	<u>32.872</u>	<u>2.805.749</u>

4.2. Contas a receber

As contas a receber são registradas pelo valor justo e deduzidas das perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa, as quais são constituídas em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas com valores a receber de clientes. A composição do valor evidenciado é a seguinte:

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Educacionais	4.411.020	4.347.843
Pesquisas e projetos	1.564.178	569.297
Direitos autorias e outros créditos	170.642	8.485
	<u>6.145.840</u>	<u>4.925.625</u>
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	(2.966.004)	(1.469.495)
	<u>3.179.836</u>	<u>3.456.130</u>

A distribuição dos valores nominais a receber de clientes em função dos vencimentos ("Aging list"), é a seguinte:

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
A vencer	2.178.700	1.792.398
Vencidos de 0 a 30 dias	392.477	891.126
Vencidos de 31 a 60 dias	227.652	289.249
Vencidos de 61 a 90 dias	234.392	193.229
Vencidos de 91 a 120 dias	307.628	174.152
Vencidos de 121 a 150 dias	188.697	127.795
Vencidos há mais de 150 dias	2.616.294	1.457.676
	<u>6.145.840</u>	<u>4.925.625</u>

4. Capital de giro--Continuação

4.2. Contas a receber--Continuação

A movimentação do saldo de perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa foi a seguinte:

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Saldo no início do exercício	(1.469.495)	(2.333.872)
Adições	(2.966.004)	(1.747.901)
Baixas	-	278.406
Reversões	1.469.495	2.333.872
Movimento do período	(1.496.509)	864.377
Saldo no final do exercício	<u>(2.966.004)</u>	<u>(1.469.495)</u>

Critério para mensuração das perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa

A FIPECAFI constitui perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa pelo valor correspondente a 100% (cem por cento) das mensalidades e títulos que estejam vencidos conforme critérios abaixo, levando em conta o respectivo comportamento histórico de cada título e considerando ainda sua recuperabilidade:

Mestrado e Graduação (Presencial e EaD)	Acima de 180 dias
MBA e Especialização (Presencial e EaD)	Acima de 90 dias
EDUX (Presencial e EaD)	Acima de 60 dias
Projetos de pesquisas contratados	Avaliação por projeto

Além do procedimento descrito acima, a FIPECAFI analisa as taxas de inadimplência observadas historicamente ao longo dos anos de 2021 a 2023, em relação ao valor total em carteira dos referidos anos. Foi realizada a aglutinação das contas a receber por características comuns, considerando as seguintes condições:

- i. O tipo de serviço com maior índice de inadimplência;
- ii. Qual período apresenta maior inadimplência, e
- iii. O número de dias que a carteira da conta a receber está vencida.

Os percentuais obtidos da análise foram aplicados sobre os saldos dos títulos vencidos que não entram no critério apresentado acima para a o complemento da provisão de perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa.

4. Capital de giro--Continuação

4.3. Empréstimos a pagar

Os empréstimos são reconhecidos, no recebimento dos recursos, pelo valor justo líquido dos custos de transação. Nas mensurações subsequentes os empréstimos e financiamentos são mensurados pelo método do custo amortizado (acréscimo dos encargos proporcionais ao período incorrido deduzidos de eventuais pagamentos efetuados no período).

O contrato com o Bradesco foi contratado à taxa de juros do CDI acrescida de margem fixa. Para transformar o contrato em uma taxa prefixada foi associada uma operação de SWAP e, no decorrer do prazo do contrato, as mudanças no valor justo dos derivativos são registradas como ganho ou perda resultante da nova mensuração dos instrumentos derivativos.

Os contratos não contêm cláusulas restritivas (*covenants*) que obrigam a Fundação a manter títulos aplicados como garantia.

No referido contrato de empréstimo com o Bradesco, a Fundação forneceu como garantia a cessão fiduciária de direitos creditórios oriundos: i) dos recebimentos via cartões de créditos das bandeiras Mastercard e Visa (10% dos créditos depositados regularmente na agência 3391/0) e ii) os recebíveis dos aluguéis, além de alienação fiduciária do imóvel na Rua Alvarenga 2147.

No contrato de empréstimo com o Banco Santander, a Fundação forneceu como garantia os direitos creditórios de uso dos recursos existentes na conta vinculada 290050470 (no montante de R\$ 450.000).

Em dezembro de 2023 foi realizada a repactuação do empréstimo junto ao Banco Santander em prazos e condições mais favoráveis, incluindo a carência de 3 (três) meses do pagamento do principal (amortização).

Os saldos e outras informações referentes aos empréstimos e financiamentos, no curto e no longo prazo, são apresentados na tabela seguinte:

Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras - FIPECAFI

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2023 e de 2022

(Valores expressos em Reais)

4. Capital de giro--Continuação

4.3. Empréstimos a pagar--Continuação

Banco	Saldo inicial	Captações/Movimentações		Amortizações/transferência		Saldo Final	Vencimento final	Taxa de Juros % a.a.
	2022	Principal	Juros a transcorrer	Principal	Juros a transcorrer	2023		
Santander	431.389	-	-	(548.907)	117.518	-	01/12/2024	17,80%
Santander		457.331	(93.925)	-	946	364.352	28/06/2025	21,02%
Bradesco	1.557.569	1.224.882	(618.820)	(1.536.751)	819.603	1.446.483	23/12/2024	18,06%
Conta Garantida	2.696	160.596	-	(2.696)	-	160.596		
Total circulante	1.991.654	1.842.809	(712.745)	(2.088.354)	938.067	1.971.431		
Santander	486.379	-	-	(542.055)	55.676	-		
Santander		285.762	(14.485)	-	-	271.277		
Bradesco	3.463.226	-	-	(1.224.882)	618.820	2.857.164		
Total não circulante	3.949.605	285.762	(14.485)	(1.766.937)	674.496	3.128.441		
Total	5.941.259	2.128.571	(727.230)	(3.855.291)	1.612.563	5.099.872		

Banco	Saldo inicial	Captações		Saldo Final	Nº Contrato	Taxa de Juros % a.a.
	2021	Principal	Juros a transcorrer	2022		
Santander	-	548.907	(117.518)	431.389	330.658.300.000.020.000	17,80%
Bradesco	-	2.359.262	(801.693)	1.557.569	237/3391 /5000	18,06%
Conta Garantida	-	2.696	-	2.696		
Total circulante	-	2.910.865	(919.211)	1.991.654		
Santander	-	542.055	(55.676)	486.379		
Bradesco	-	4.584.456	(1.121.230)	3.463.226		
Total não circulante	-	5.126.511	(1.176.906)	3.949.605		
Total	-	8.037.376	(2.096.117)	5.941.259		

Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras - FIPECAFI

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2023 e de 2022

(Valores expressos em Reais)

4. Capital de giro--Continuação

4.4. Fornecedores

Referem-se a valores devidos a terceiros relativos a materiais já fornecidos e serviços já prestados para os cursos e projetos de pesquisas contratados.

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Materiais	16.641	55.992
Serviços prestados por terceiros	601.878	746.420
	<u>618.519</u>	<u>802.412</u>

4.5. Obrigações trabalhistas

Os encargos sociais correspondem aos valores incidentes sobre a folha de pagamento, tais como Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS, Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS e Programa de Integração Social - PIS.

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Salários	403.616	502.651
Encargos	715.251	385.660
Férias	817.466	960.209
Encargos sobre férias	277.716	326.378
Total	<u>2.214.049</u>	<u>2.174.898</u>

4.6. Tributos a recolher

Contempla os tributos federais (Imposto de Renda Pessoa Jurídica e Pessoa Física IRPJ e IRPF, Contribuições Sociais Retidas na Fonte - CSRF e Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS) e municipais (Imposto sobre Serviço Prestado - ISS) retidos na fonte dos prestadores de serviços e colaboradores, os quais são recolhidos no mês subsequente.

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Tributos federais	284.977	323.596
Tributos municipais	1.573	3.442
Total	<u>286.550</u>	<u>327.038</u>

4.7. Serviços prestados a pagar

Referem-se aos serviços prestados por terceiros para os cursos e projetos de pesquisas.

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Projetos de pesquisas	1.429.097	2.196.433
Pesquisas e publicações	-	151.633
Educacionais	44.239	111.072
Outros	144.098	101.914
Circulante	<u>1.617.434</u>	<u>2.561.052</u>
Projetos de pesquisas	997.986	-
Educacionais	484.551	-
Não circulante	<u>1.482.537</u>	<u>-</u>
Total	<u>3.099.971</u>	<u>2.561.052</u>

Alguns acordos foram celebrados em 2023 e os saldos a pagar foram corrigidos pela variação do IPCA e parcelados com vencimentos até 2025.

4. Capital de giro--Continuação

4.8. Adiantamentos de clientes

Correspondem aos valores recebidos antecipadamente de clientes para prestação futura de serviços, compostos da seguinte forma:

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Adiantamento de cursos (mensalidades)	472.852	416.853
Adiantamento para aluguel de salas	46.119	44.872
Outros adiantamentos	-	18.706
Total	<u>518.971</u>	<u>480.431</u>

5. Riscos e contingências

5.1. Depósitos judiciais

Correspondem aos valores em garantia das demandas judiciais descritas na Nota Explicativa 5.3, que estão contabilizados desde a data da notificação, com base no valor depositado em juízo naquela data. No caso da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), a Fundação continua efetuando depósitos mensais em atendimento à decisão judicial.

	<u>Saldo em 2022</u>	<u>Depósito</u>	<u>Atualização</u>	<u>Saldo em 2023</u>
INSS (I)	1.834.197	-	105.151	1.939.348
COFINS (I)	49.772.119	693.922	2.724.486	53.190.527
ISS - Obrigações acessórias (II)	148.500	-	5.719	154.219
Depósito recursal trabalhista (III)	43.639	-	2.163	45.802
	<u>51.798.455</u>	<u>693.922</u>	<u>2.837.519</u>	<u>55.329.896</u>

Os valores depositados são atualizados pelos seguintes indexadores:

- I. COFINS e INSS: taxa Selic (Sistema Especial de Liquidação e de Custódia);
- II. ISS - Obrigações Acessórias: índice do TJ/SP (Tribunal de Justiça de São Paulo) para débitos judiciais; e
- III. Depósito recursal trabalhista: índices do JAM (Juros e Atualização Monetária).

5.2. Contas a pagar

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Acordos judiciais (i)	669.606	638.820
Circulante	<u>669.606</u>	<u>638.820</u>
Acordos judiciais (i)	558.005	1.171.171
Não Circulante	<u>558.005</u>	<u>1.171.171</u>
Total	<u>1.227.611</u>	<u>1.809.991</u>

- (i) Refere-se ao acordo celebrado em juízo para liquidação de ação trabalhista. O acordo homologado definiu o pagamento de 48 parcelas de R\$50.000 com correção semestral como base na variação do IPCA (IBGE). Em 31.12.2023 a parcela mensal corrigida totalizava R\$ 55.800 e restavam 22 parcelas.

Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras - FIPECAFI

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2023 e de 2022

(Valores expressos em Reais)

5. Riscos e contingências--Continuação

5.3. Provisões para demandas judiciais

A FIPECAFI constitui provisões em montante considerado suficiente para evidenciar as perdas potenciais com as ações judiciais em curso e que possam vir a representar uma saída de caixa ou redução de outro ativo. Existem processos de naturezas fiscais e trabalhistas em andamento e, com base em informações de seus assessores jurídicos e análise das demandas judiciais pendentes, as provisões foram registradas pelas melhores estimativas para os riscos envolvidos.

A tabela a seguir apresenta as informações sobre a movimentação dos valores correspondentes às ações e os valores dos depósitos judiciais para cada uma delas.

As diversas ações judiciais constantes na tabela são analisadas individualmente nos itens 5.3.1 a 5.3.4.

Resumo das ações judiciais em discussão e movimentações no período:

Nota Explicativa	Ano de início	Origem da ação	Tipo de Ação	Período questionado	Provisão em 31/12/2022	Atualização em 2023	Provisão em 31/12/2023	Saldo do depósito judicial ou recursal atualizado
5.3.1	1995	INSS	Ação Anulatória de Débito Fiscal	01/1985 a 12/1994	1.834.197	105.151	1.939.348	1.939.348
5.3.2	1999	COFINS	Não reconhecimento da Imunidade	01/1994 a 12/1998 e 01/1999 em diante	30.751.458	2.724.487	33.475.945	53.190.527
5.3.3	2006	ISS - Obrigações Acessórias	Execução Fiscal	2000 a 2002	148.500	5.719	154.219	154.219
5.3.4	2017	Ações trabalhistas	Reclamação Trabalhista	-	800.000	-	800.000	45.802
				Totais	33.534.155	2.835.357	36.369.512	55.329.896

5. Riscos e contingências--Continuação

5.3. Provisões para demandas judiciais--Continuação

5.3.1. INSS

Histórico

- (i) Em agosto de 1995, o INSS interpretou que todos os pagamentos efetuados às pessoas físicas prestadoras de serviços nos últimos dez anos (01/1985 a 12/1994) não poderiam ter sido caracterizados como pagamento a autônomos. Foi emitida a notificação de recolhimento complementar e nesse momento a FIPECAFI fez a contestação, efetuando depósito judicial do valor questionado e contabilizando a respectiva provisão;
- (ii) Em setembro de 2009, a 12ª Vara Federal da Seção Judiciária do Estado de São Paulo extinguiu os débitos relativos aos cinco anos iniciais da ação (01/1985 a 12/1989), permanecendo os débitos referentes aos cinco anos subsequentes (01/1990 a 12/1994);
- (iii) Em julho de 2017 foram rejeitados os Embargos de Declaração da FIPECAFI e, em janeiro de 2018, os autos foram recebidos eletronicamente no Superior Tribunal de Justiça (STJ);
- (iv) Em abril de 2022 foi certificado o trânsito em julgado, sendo os autos remetidos a corte de origem; e
- (v) Em 2023, não houve nenhuma movimentação no processo.

Situação jurídica atual

A FIPECAFI aguarda a apuração do valor para solicitar o levantamento do depósito judicial referente o período que obteve êxito na demanda, sendo que, parte do valor depositado será convertido em renda da União Federal, e a outra parte em benefício da FIPECAFI.

Avaliação do risco

Não aplicável tendo em vista o encerramento do processo.

Decisão contábil

A provisão contábil integral vem sendo mantida por não dispor de um valor confiável, muito embora a parte relativa aos 5 (cinco) anos iniciais abrangidos pela ação já tenham sido declarados prescritos e devem ser revertidos a favor da FIPECAFI na conclusão do processo e consequente homologação por parte do juízo. Considerando a incerteza quanto ao provável valor devido à FIPECAFI a Administração decidiu por não reverter nenhum valor aguardando o desfecho final e levantamento do valor correto.

Honorários de êxito

Do resultado mencionado no parágrafo anterior, parte referente a 10% será destinada para pagamento dos honorários de êxito.

5. Riscos e contingências--Continuação

5.3. Provisões para demandas judiciais--Continuação

5.3.2. COFINS

Histórico

- (i) Em 1999, a FIPECAFI foi autuada para pagar a COFINS incidente sobre as receitas referentes ao período de 01/1994 a 12/1998 (exceto sobre as receitas financeiras), por questionamento da autoridade fiscal sobre a imunidade da instituição;
- (ii) A FIPECAFI ingressou com uma ação ordinária contra a cobrança, tendo obtido liminar autorizando o depósito judicial integral compreendendo os valores referentes aos anos de 1994 a 1998;
- (iii) A partir de 01/1999 a FIPECAFI vem fazendo depósitos judiciais mensalmente, por orientação dos assessores jurídicos;
- (iv) Em 07/2018 a 3ª Turma do TRF reconheceu a imunidade da FIPECAFI, mas, por orientação dos assessores jurídicos, ainda está mantido o procedimento de efetuar o depósito judicial mensal até que haja o desfecho final da ação. Portanto, o valor atual do depósito judicial compreende o período de 01/1994 até a presente data;
- (v) Em 05/2019 foi publicada a decisão da turma de origem reconhecendo a imunidade da FIPECAFI;
- (vi) Em 10/2020 foi proferida a decisão referente aos recursos extraordinários e o STF determinou a devolução dos autos para a Corte de origem para que adote, conforme a situação, referido tema de repercussão geral; e
- (vii) Em 2023, não houve nenhuma movimentação no processo.

Situação jurídica atual

Aguardando decisão do relator da 3ª Turma do TRF para adequação do processo ao Recurso Extraordinário nº 566.622.

Avaliação do risco

Mesmo tendo obtido êxito em julho de 2018, a Administração entende que deve ser mantida a provisão constituída para o período de janeiro de 1994 a dezembro de 1998 até que ocorra a decisão final do processo. Esta posição se deve ao fato de que com a adequação do processo ao RE nº 566.622 a decisão anterior de julho de 2018 poderá ser mantida ou reformada. O parecer dos assessores jurídicos classifica o risco como possível, mas a Administração entende que o risco é provável.

5. Riscos e contingências--Continuação

5.3. Provisões para demandas judiciais--Continuação

5.3.2. COFINS--Continuação

Decisão contábil

No ano de 2009 a FIPECAFI avaliou, juntamente com seus assessores jurídicos, a referida ação e decidiu por reverter a provisão constituída relativa ao período de janeiro de 1999 a dezembro de 2009. Tal decisão baseou-se em parecer jurídico sustentado na Medida Provisória 2.158-35/01, artigo 14, mantendo apenas a provisão referente ao período de janeiro de 1994 a dezembro de 1998 e até a presente data não vem mais constituindo provisão mensal. A Administração que, face às incertezas que surgiram com a devolução dos autos para a Corte de origem, entende que o risco de eventual revisão da decisão anterior permanece.

A variação entre o depósito judicial e a provisão se deve aos depósitos mensais efetuados até a presente data.

Honorários de êxito

Do resultado que for obtido, 10% será destinada para pagamento dos honorários de êxito.

5.3.3. ISS

Obrigações Acessórias

Histórico

- (i) A FIPECAFI responde a uma execução fiscal (EF 105662/06), tendo por objeto a exigência de multa pelo suposto descumprimento de obrigações acessórias (escrituração fiscal do Livro 53) no período de 2000 a 2002;
- (ii) A execução encontra-se garantida por depósito judicial da quantia referente à multa;
- (iii) O Município interpôs agravo retido em nossas contrarrazões em 2012. Aguarda-se a remessa dos autos à conclusão desde 2013;
- (iv) Em junho de 2021, foi proferida decisão de saneamento e organização do processo, em razão da Lei Municipal nº 17.557/2021. A execução fiscal deve ser incluída em expediente próprio e encaminhada à Procuradoria do Município para manifestar a sua decisão sobre o crédito cobrado se está ativo ou não na Dívida Ativa; e
- (v) Em novembro de 2023, foi proferida decisão determinando a suspensão da execução.

Situação atual

Aguarda-se desfecho dos embargos à execução.

5. Riscos e contingências--Continuação

5.3. Provisões para demandas judiciais--Continuação

5.3.3. ISS--Continuação

Avaliação do risco

Os assessores jurídicos da FIPECAFI classificam a chance de perda como possível.

Decisão contábil

Provisão contábil integral vem sendo mantida com base no entendimento da Administração de que o risco de perda ainda persiste, apesar do parecer dos assessores jurídicos que a classificam como possível.

5.3.4. Ações trabalhistas

As ações em curso na esfera trabalhista foram avaliadas pelos assessores jurídicos com probabilidade de perda provável. A Administração concorda com esse entendimento e manteve a provisão no montante equivalente a R\$ 800.000.

5.3.5. Processos judiciais com riscos possíveis e não provisionados

Em 31 de dezembro de 2023, além dos valores apresentados anteriormente, a Fundação é ré em processos de natureza tributária em que a probabilidade de perda avaliada pela assessoria jurídica e avaliação da Administração, é possível, e a seguir apresentadas:

5.3.5.1. ISS – 2001-2002

Histórico

- (i)** Em 2006, a FIPECAFI foi autuada para pagamento do ISS referente ao período de 01/2001 a 01/2002;
- (ii)** A FIPECAFI ofereceu garantia por fiança bancária e fez a impugnação por meio de embargos à execução;
- (iii)** A sentença reconheceu a imunidade tributária da FIPECAFI e o município interpôs recurso em 08/2018. O processo foi distribuído para a 15ª Câmara de Direito Público do TJSP, que negou provimento à Apelação interposta pelo Município; e

5. Riscos e contingências--Continuação

5.3. Provisões para demandas judiciais--Continuação

5.3.5 Processos judiciais com riscos possíveis e não provisionados--Continuação

5.3.5.1. ISS – 2001-2002--Continuação

- (iv) Em 24/03/2022 foi certificado pelo Cartório da 15ª Câmara de Direito Público do TJ/SP o trânsito em julgado do processo que foi remetido para arquivamento, bem como para levantamento e consequente baixa da Carta de Fiança Bancária que garantia essa execução.

Situação atual

O processo está encerrado. O cumprimento de sentença favorável à FIPECAFI para recuperação das custas será feito em autos apartados.

Decisão contábil

Em função do desfecho dessa ação e por não mais existir risco de perda, a Administração não reconheceu a provisão.

Honorários de êxito

5% do benefício econômico auferido pela FIPECAFI. O pagamento foi dividido em 16 parcelas, sendo que 4 no valor de R\$80.000 foram pagas em 2022, 11 pagas em 2023, restando 1 parcela de mesmo valor para pagamento em 2024.

5.3.5.2. ISS 2009 a 2013

Histórico

- (i) Em 2013, a FIPECAFI foi autuada para pagamento do ISS referente ao período de 2009 a 2013 e o reconhecimento de imunidade foi indeferido pela Secretaria de Finanças da Prefeitura do Município de São Paulo;
- (ii) Em 10/2018 a FIPECAFI apresentou impugnação e recurso administrativo do auto de infração lavrado quando o pedido foi indeferido. Em 31 de julho de 2019 o recurso administrativo foi julgado improcedente, dando ensejo à interposição de recurso ao Conselho Municipal de Tributos, em 24/10/2019;

5. Riscos e contingências--Continuação

5.3. Provisões para demandas judiciais--Continuação

5.3.5 Processos judiciais com riscos possíveis e não provisionados--Continuação

5.3.5.2. ISS 2009 a 2013--Continuação

- (iii) Na sessão de julgamento de 07/10/2020 o recurso foi retirado de pauta para análise;
- (iv) Em nova sessão de julgamento do dia 25/11/2020, o recurso foi novamente retirado de pauta e a Relatora converteu o julgamento em diligência para solicitar esclarecimentos ao SUREM (Secretaria da Receita Municipal);
- (v) Em julho de 2021, o processo na esfera administrativa foi julgado e retificados os autos de infração referentes aos anos de 2009 a 2012. Em consequência houve a retificação do crédito tributário;
- (vi) Em dezembro de 2021, foi proferida a decisão citando a FIPECAFI para pagamento da dívida ou penhora do bem;
- (vii) Em 2022, a FIPECAFI foi intimada e solicitou petição para nomear bem em garantia. O bem aceito em garantia pela PMSP foi o imóvel sede da Fundação; e
- (viii) Em 2023, não houve nenhuma movimentação no processo.

Situação atual

Aguarda-se a lavratura do termo de penhora e respectiva intimação para que possam ser apresentados embargos à execução fiscal.

Avaliação do risco

Os assessores jurídicos entendem que um possível desfecho favorável na outra ação que estava garantida pela Carta de Fiança Bancária possa dar mais chances de êxito nessa ação.

Decisão contábil

Em função da classificação apresentada pelos assessores jurídicos, a Administração não reconheceu a provisão cujo montante em 31 de dezembro de 2023 é de R\$ 17.586.463 (R\$ 15.491.864 em 2022).

Honorários do êxito

Para o crédito tributário executado em relação aos exercícios de 2009 a 2013, há honorários de êxito fixados em 3% do valor do benefício econômico.

5. Riscos e contingências--Continuação

5.4. Aspectos fiscais

À luz da Constituição Federal - CF e do Código Tributário Nacional – CTN, consideram-se imunes a impostos as instituições de caráter filantrópico, recreativo, educacional, cultural e científico e as associações civis que prestem os serviços para os quais houver sido instituída e os coloquem à disposição do grupo de pessoas a que se destinam, sem fins lucrativos.

A FIPECAFI é uma entidade sem fins lucrativos, conforme descrito na Nota explicativa 1, e, desta forma, possui imunidade tributária. O desvirtuamento dos objetivos e das finalidades da FIPECAFI, ou o não cumprimento das obrigações estabelecidas para as Fundações sem fins lucrativos, conforme determina a Lei nº 9.532 de 10 de dezembro de 1997, pode proporcionar a perda total da imunidade da qual goza a Instituição.

5.5. Cobertura de seguros (Não auditado)

A FIPECAFI mantém cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes, levando em conta a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações contábeis e, conseqüentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

A cobertura de seguro contra riscos operacionais está composta da seguinte forma:

Coberturas	2023	2022
Incêndio, explosão e fumaça	20.500.000	20.500.000
Danos elétricos	250.000	250.000
Responsabilidade civil operações	1.000.000	1.000.000
Subtração de bens	200.000	200.000
Outras coberturas	-	50.000
Vidros	50.000	50.000
Impacto de veículos e queda de aeronaves	150.000	150.000
Total	22.150.000	22.200.000

A apólice do seguro do prédio da Rua Maestro Cardim, renovada anualmente, foi contratada junto à Siwss Re Corporate Solutions e a vigência do contrato compreende o período de 31 de agosto de 2023 a 31 de agosto de 2024.

Quanto aos seguros dos imóveis classificados em Propriedade para Investimentos, conforme contrato, estão sob a responsabilidade dos respectivos locatários, tendo a Administração tomado conhecimento das respectivas apólices.

6. Instrumentos Financeiros e Patrimônio Líquido

6.1. Instrumentos financeiros

A partir de dezembro de 2022, a Fundação passou a contar com instrumentos derivativos em operação de crédito realizada junto ao Banco Bradesco.

Os seguintes ativos financeiros, detidos em 31 de dezembro de 2023, estão detalhados nas suas respectivas Notas Explicativas (NE):

- I. Caixa e equivalente de caixa (NE 4.1); e
- II. Contas a receber (NE 4.2).

6.2. Gerenciamento de riscos

A FIPECAFI está exposta a riscos analisados a seguir, sendo apresentadas as políticas e os processos adotados para sua mensuração e gerenciamento. Os seguintes riscos são advindos do uso de instrumentos financeiros:

- I. Risco de crédito;
- II. Risco de liquidez; e
- III. Risco de mercado.

6.2.1. Risco de crédito

Está relacionado com o potencial prejuízo financeiro que pode ocorrer se um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro não cumprir com suas obrigações contratuais nos recebíveis da FIPECAFI.

A Fundação avalia regularmente o risco associado ao seu fluxo de caixa e as propostas para sua mitigação, com o objetivo de reduzir os riscos de não cumprimento dos compromissos assumidos pela FIPECAFI. As aplicações financeiras são, geralmente, no curto prazo, em instituições financeiras tradicionais consideradas de baixo risco. No caso das contas a receber da área educacional, a eficácia, em relação aos atrasos, é acentuada na renovação da matrícula, momento em que os débitos são quitados ou renegociados.

A FIPECAFI contabiliza a redução ao valor recuperável com base na matriz de perdas adotando a abordagem simplificada. Essa redução caracteriza a estimativa de perdas com relação às contas a receber de clientes e outros créditos e investimentos.

A Fundação considera evidência de perda de valor para recebíveis tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Todos os recebíveis individualmente significativos identificados como não tendo sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente.

6. Instrumentos Financeiros e Patrimônio Líquido--Continuação

6.2. Gerenciamento de riscos--Continuação

6.2.1. Risco de crédito--Continuação

Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva, a FIPECAFI utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração quanto às premissas e se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

A Administração da FIPECAFI não identificou justificativas para a constituição de outras perdas estimadas sobre seus ativos, exceto essa constituída sobre contas a receber.

6.2.2. Risco de liquidez

Está relacionado com a possibilidade de a FIPECAFI encontrar dificuldades para cumprir as obrigações representadas pelos passivos que devem ser liquidados com pagamentos à vista ou outro ativo financeiro. A abordagem da Administração é garantir a manutenção de liquidez suficiente para cumprir as obrigações da instituição, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da entidade.

A FIPECAFI vem cumprindo pontualmente suas obrigações de curto prazo e a Administração afirma que continuará cumprindo as despesas operacionais de curto prazo. A Fundação dispõe de linhas de crédito aprovadas (conta garantida e capital de giro) suficientes para, caso seja necessário, cumprir essas obrigações. Ademais, o acompanhamento e o controle das entradas e saídas de caixa são feitos sistematicamente pela Administração no sentido de mitigar eventuais riscos e atender às necessidades de capital de giro.

6. Instrumentos Financeiros e Patrimônio Líquido--Continuação

6.2. Gerenciamento de riscos--Continuação

6.2.2. Risco de liquidez--Continuação

A seguir, são evidenciados os montantes de risco relativos aos passivos não derivativos e derivativos em 31 de dezembro de 2023 e 2022:

2023					
	Valor Contábil	6 meses ou menos	6- 12meses	1-2anos	3-5 anos
Passivos não derivativos					
Fornecedores	618.519	618.519	-	-	-
Salários e encargos	1.118.867	1.118.867	-	-	-
Férias a pagar	1.095.182	547.591	547.591	-	-
Tributos a recolher	286.550	286.550	-	-	-
Contas a pagar	1.227.611	334.806	334.800	558.005	-
Empréstimo a pagar	796.225	277.161	247.787	271.277	-
Serviços prestados a pagar	3.099.971	897.096	720.338	1.482.537	-
	8.242.925	4.080.590	1.850.516	2.311.819	-
Passivos derivativos					
Empréstimo a pagar	4.303.647	714.286	732.197	2.857.164	-
	4.303.647	714.286	732.197	2.857.164	-
	12.546.572	4.794.876	2.582.713	5.168.983	-

2022					
	Valor Contábil	6 meses ou menos	6- 12meses	1-2anos	3-5 anos
Passivos não derivativos					
Fornecedores	802.412	802.412	-	-	-
Salários e encargos	888.311	888.311	-	-	-
Férias a pagar	1.286.587	447.433	839.154	-	-
Tributos a recolher	327.038	327.038	-	-	-
Contas a pagar	1.809.991	319.410	319.410	1.171.171	-
Empréstimo a pagar	920.463	92.464	341.620	486.379	-
Serviços prestados a pagar	2.561.052	1.941.758	619.294	-	-
	8.595.854	4.818.826	2.119.478	1.657.550	-
Passivos derivativos					
Empréstimo a pagar	5.020.796	443.425	1.114.145	2.034.655	1.428.571
	5.020.796	443.425	1.114.145	2.034.655	1.428.571
	13.616.650	5.262.251	3.233.623	3.692.205	1.428.571

6.2.3. Risco de mercado

Relaciona-se com eventuais alterações nos preços de mercado, como, por exemplo, as taxas de juros sobre empréstimos e financiamentos. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a esses riscos, dentro de parâmetros aceitáveis, e otimizar o retorno.

Já o risco de taxa de juros decorrente das aplicações financeiras referenciadas ao Certificado de Depósito Interbancário - CDI, podem afetar as receitas financeiras caso ocorra um movimento desfavorável nas taxas de juros ou na inflação. A Administração entende que o risco de mudanças significativas no resultado e nos fluxos de caixa é baixo.

6. Instrumentos Financeiros e Patrimônio Líquido--Continuação

6.2. Gerenciamento de riscos--Continuação

6.2.3. Risco de mercado--Continuação

Na data das demonstrações contábeis, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros da FIPECAFI era:

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Ativos financeiros		
Aplicações financeiras	24.119	2.789.318
Passivos financeiros		
Empréstimos a pagar	(5.099.872)	(5.941.259)
Total	<u>(5.075.753)</u>	<u>(3.151.941)</u>

Análise de sensibilidade à variação da taxa do CDI:

A FIPECAFI mantém parcela substancial das suas disponibilidades e obrigações indexadas à variação do CDI.

A expectativa atual de mercado indicava uma taxa mediana efetiva do CDI estimada em 8,89 %, cenário provável para o ano de 2024, ante a taxa efetiva de 13,03% verificada no ano de 2023.

	Exposição base 31/12/2023	Risco	Cenário Provável	Cenário I Possível -25%	Cenário II Remoto -50%
Taxa anual estimada do CDI			8,89%	6,67%	4,45%
Dívida líquida em 31 de dezembro de 2023	5.075.753	Baixa CDI	<u>451.234</u>	<u>338.553</u>	<u>225.871</u>
Impacto no resultado financeiro			<u>451.234</u>	<u>338.553</u>	<u>225.871</u>

Além do risco do mercado associado aos ativos e passivos financeiros, a FIPECAFI está exposta ao risco de variação no valor justo das propriedades para investimentos, conforme Nota Explicativa 3.1.

6.3. Patrimônio líquido

Patrimônio Social

O Patrimônio Social da FIPECAFI foi, inicialmente, constituído por aporte efetuado pelos Membros Instituidores, conforme Escritura de Instituição datada de 1º de agosto de 1974. Nos demais exercícios, parte do superávit será destinado ao Patrimônio Social, conforme deliberação, em cada oportunidade, pelo Conselho Curador da Fundação.

7. Empregados e Colaboradores

7.1. Benefícios aos colaboradores

A política da FIPECAFI para a concessão de benefícios aos seus colaboradores contempla assistência médica, plano odontológico, vale alimentação, estacionamento, ajuda de custo para trabalho em home-office, vale-transporte, programa de educação com subsídio para cursos de línguas, graduação, pós-graduação, MBA e Mestrado em outras instituições de ensino. Além disso, os colaboradores podem realizar os cursos ministrados pela FIPECAFI com subsídio de 100%, e seus dependentes (cônjuges e filhos), com subsídio de 60%.

Não há benefícios de longo prazo ou de pós-emprego aos colaboradores.

7.2. Partes relacionadas e voluntariado

7.2.1. Diretoria Executiva, Conselhos Curador e Fiscal

Os trabalhos voluntários estão regulados pela Lei n° 9.608/98 e não geram vínculo empregatício nem obrigação de natureza trabalhista, previdenciária ou afim, enquanto os cargos de diretoria executiva, conselhos curador e fiscal são exercidos por mandatos.

Por definição estatutária, a FIPECAFI não remunera, a qualquer título, Conselheiros Curadores, Conselheiros Fiscais e Diretores pelos serviços prestados em suas funções.

Considerando a definição estatutária, a FIPECAFI não contabiliza como receita e respectivamente como despesa os valores estimados a título de trabalho voluntário, ainda que em última análise significaria uma doação (receita) e, por outro lado, uma despesa que poderia existir e vir a ser desembolsada.

Em contrapartida, a FIPECAFI entende ser de suma importância a divulgação.

No exercício de 2023 os valores destes trabalhos foram mensurados pelo valor justo e somaram R\$ 717.148 (R\$ 692.148 em 2022).

8. Eventos subsequentes

Em 16 de janeiro de 2024, a FIPECAFI renegociou as bases do empréstimo celebrado com o Bradesco em condições e taxas mais favoráveis. Nessa renegociação foi concedida nova carência de 6 (seis) meses para a amortização do principal e, nova taxa na ordem de 6,0094% a.a. mais CDI, encerrando o instrumento de SWAP.

9. Demonstrações complementares

9.1. Demonstração do valor adicionado

A FIPECAFI elaborou a Demonstração Do Valor Adicionado (DVA), nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, a qual é apresentada como parte integrante das demonstrações contábeis.

9.2. Moeda de capacidade aquisitiva constante

Os balanços patrimoniais, as demonstrações de resultado, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e as demonstrações do valor adicionado em moeda de capacidade aquisitiva constante, apresentadas nesta nota explicativa, foram elaboradas de acordo com a metodologia de correção integral estabelecida pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários, na Instrução nº 191/92, aplicadas sobre as demonstrações contábeis básicas que estão preparadas de acordo com as práticas contábeis vigentes. Os critérios adotados para a elaboração das demonstrações em moeda de capacidade aquisitiva foram os seguintes:

- i. Índice de atualização** - A atualização monetária do imobilizado, patrimônio social, contas de resultado e apuração de ganhos e perdas dos itens monetários foi efetuada com base na variação do Índice de Preço ao Consumidor Amplo - IPCA divulgado pelo IBGE, que foi de 4,62 % em 2023 e 5,78% em 2022;
- ii. Informações complementares de 2022** - Os saldos das contas das informações complementares de 2022, para fins de comparação, foram atualizados à moeda de capacidade aquisitiva constante de 31 de dezembro de 2023;
- iii. Contas patrimoniais** - Os ativos e passivos monetários das informações complementares em 31 de dezembro de 2023 são idênticos aos das demonstrações apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP). O ativo imobilizado e o patrimônio social foram corrigidos monetariamente com base na variação do IPCA-IBGE até 31 de dezembro de 2023, como vem sendo feito desde o ano de 2017, uma vez que até o ano de 2016 utilizou-se o índice IPC-FIPE; e
- iv. Contas de resultado** - Todas as contas foram atualizadas com base na variação do IPCA-IBGE, a partir do mês de contabilização das transações. Foram ajustadas pelos ganhos e perdas gerados em consequência do efeito da inflação sobre os ativos e passivos monetários. Tais ganhos e perdas foram alocados às contas de resultados a que se vinculam.

9. Demonstrações complementares--Continuação

9.2. Moeda de capacidade aquisitiva constante--Continuação

a. Balanço patrimonial

Ativo	Em moeda de capacidade aquisitiva constante	
	2023	2022
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	32.872	2.935.422
Contas a receber	3.179.836	3.615.861
Ativo circulante mantido para venda	6.287.762	-
Adiantamentos diversos	334.348	503.691
Outros ativos	173.101	301.323
	10.007.919	7.356.297
Não circulante		
Investimentos e Propriedades para investimentos	23.148.701	29.436.463
Depósitos judiciais	55.329.896	54.192.410
Imobilizado	40.935.030	41.586.479
Intangível	354.805	322.038
	119.768.432	125.537.390
Total do ativo	129.776.351	132.893.687
Passivo	2023	2022
Circulante		
Fornecedores	618.519	839.497
Obrigações trabalhistas	2.214.049	2.275.415
Tributos a recolher	286.550	342.153
Contas a pagar	669.606	668.344
Empréstimos a pagar	1.971.431	2.083.702
Serviços prestados a pagar	1.617.434	2.679.413
Adiantamentos de clientes	518.971	502.635
	7.896.560	9.391.159
Não circulante		
Contas a pagar	558.005	1.225.299
Empréstimos a pagar	3.128.441	4.132.143
Serviços prestados a pagar	1.482.537	-
Provisão para demandas judiciais	36.369.512	35.083.994
	41.538.495	40.441.436
Patrimônio líquido		
Patrimônio social	81.471.678	81.471.678
Ajustes de avaliação patrimonial	10.039.982	10.372.513
Déficit acumulado	(11.170.364)	(8.783.099)
	80.341.296	83.061.092
Total do passivo e patrimônio líquido	129.776.351	132.893.687

9. Demonstrações complementares--Continuação

9.2. Moeda de capacidade aquisitiva constante--Continuação

b. Demonstração do resultado

	Em moeda de capacidade aquisitiva constante	
	2023	2022
Receita líquida de serviços	27.225.428	32.906.537
Custos dos serviços prestados	(22.683.873)	(28.318.341)
	4.541.555	4.588.196
Receitas/(Despesas) operacionais		
Despesas gerais e administrativas	(8.850.928)	(12.487.154)
Receitas de aluguéis	2.046.193	1.766.318
Ganho na variação de propriedades para investimento	-	2.925.436
Perda na venda de ativos	(39.398)	-
Outras receitas/(despesas) operacionais	420.959	226.230
	(6.423.174)	(7.569.170)
Déficit antes do resultado financeiro	(1.881.619)	(2.980.974)
Receitas financeiras	1.888	121.109
Despesas financeiras	(840.065)	(335.390)
Resultado financeiro líquido	(838.177)	(214.281)
Déficit do exercício	(2.719.796)	(3.195.255)

c. Demonstração das mutações do patrimônio líquido

	Em moeda de capacidade aquisitiva constante			
	Patrimônio social	Ajuste de Avaliação patrimonial	Superávits acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021	67.084.040	2.702.718	8.467.263	78.254.021
Ajuste de avaliação patrimonial	-	(332.531)	332.531	-
Transferência do superávit	14.387.638	-	(14.387.638)	-
Déficit do exercício	-	-	(3.195.255)	(3.195.255)
Ajuste de avaliação patrimonial - imobilizado para propriedade para investimento	-	8.002.326	-	8.002.326
Saldos em 31 de dezembro de 2022	81.471.678	10.372.513	(8.073.099)	83.061.092
Déficit do exercício	-	-	(2.719.796)	(2.719.796)
Ajuste de avaliação patrimonial	-	(332.531)	332.531	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023	81.471.678	10.039.982	(11.170.364)	80.341.296

9. Demonstrações complementares--Continuação

9.2. Moeda de capacidade aquisitiva constante--Continuação

d. Demonstração dos fluxos de caixa

	Em moeda de capacidade aquisitiva constante	
	2023	2022
Déficit do exercício	(2.719.796)	(3.195.255)
Itens que não afetam o caixa operacional		
Depreciação e amortização	719.104	678.427
Juros a transcorrer	1.037.009	39.134
Perdas estimadas em crédito de liquidação duvidosa	1.565.673	(648.518)
Ganho na variação de propriedades para investimento	-	(2.925.436)
Perda na venda de ativos mantidos para venda	39.398	-
Déficit do exercício ajustado	562.592	(6.051.648)
Aumento/(Diminuição) das contas de ativo e passivo		
Contas a receber	(1.129.648)	143.532
Adiantamentos diversos	169.343	(21.798)
Depósitos judiciais	(1.137.486)	2.714.612
Fornecedores	(220.978)	61.690
Obrigações trabalhistas	(61.366)	225.759
Serviços prestados a pagar	420.558	1.185.483
Adiantamentos de clientes	16.336	(308.798)
Provisão para demandas judiciais	1.285.518	(2.717.810)
Outros	(593.413)	(629.953)
Caixa líquido consumido nas atividades operacionais	(688.544)	(5.398.931)
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Venda de propriedade para investimento	219.706	-
Adições do ativo imobilizado	(5.794)	(1.057.824)
Adições do ativo intangível	(274.936)	(487.460)
Caixa líquido consumido nas atividades de investimentos	(61.024)	(1.545.284)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Captações de financiamentos	1.230.407	6.176.711
Pagamentos dos financiamentos	(3.383.389)	-
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamentos	(2.152.982)	6.176.711
Redução líquida de caixa e equivalentes de caixa	(2.902.550)	(767.504)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	2.935.422	3.702.926
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	32.872	2.935.422
Redução líquida de caixa e equivalentes de caixa	(2.902.550)	(767.504)

9. Demonstrações complementares--Continuação

9.2. Moeda de capacidade aquisitiva constante--Continuação

e. Demonstração do valor adicionado

	Em moeda de capacidade aquisitiva constante	
	2023	2022
Receitas		
Receitas de serviços	27.225.428	32.906.537
Ganho na variação de propriedades para investimento	-	2.925.436
Perdas estimadas em crédito de liquidação duvidosa - Reversão/(Constituição)	(1.565.673)	648.518
Receitas/despesas diversas	381.561	226.230
	26.041.316	36.706.721
Insumos adquiridos de terceiros		
Despesas dos serviços prestados	(9.237.129)	(14.001.347)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(4.390.712)	(8.609.254)
	(13.627.841)	(22.610.601)
Valor adicionado bruto	12.413.475	14.096.120
Depreciação e amortização	(719.104)	(678.427)
Valor adicionado líquido gerado pela Fundação	11.694.371	13.417.693
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	1.888	121.109
Receitas de aluguéis	2.046.193	1.766.318
	2.048.081	1.887.427
Valor adicionado total a distribuir	13.742.452	15.305.120
Empregados		
Remuneração direta	9.805.187	11.750.777
Benefícios	2.367.449	2.364.925
FGTS	937.161	1.012.422
	13.109.797	15.128.124
Tributos		
INSS cota patronal	2.393.323	2.873.145
PIS sobre folha	91.377	110.487
Outras taxas e contribuições	27.686	53.229
Impostos, taxas e contribuições	2.512.386	3.036.861
Remuneração de capitais de terceiros		
Juros pagos	840.065	335.390
Remuneração de capitais próprios		
Déficit do exercício	(2.719.796)	(3.195.255)
Distribuição do valor adicionado	13.742.452	15.305.120

Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras - FIPECAFI
Notas explicativas às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2023 e de 2022
(Valores expressos em Reais)

Composição do Conselho Curador

Presidente

Reinaldo Guerreiro

Conselheiros Natos

Ariovaldo dos Santos
Edgard Bruno Cornacchione Jr.
Eliseu Martins
Fábio Frezatti
Sérgio de Iudícibus
Valmor Slomski
Wellington Rocha (licenciado)

Conselheiros Eleitos

Adriano Dias Souza
Carlos Alberto Pereira
Daniel Magalhães Mucci
Diogo Moreira Carneiro
Jeronimo Antunes
João Vinicius de França de Carvalho
Mara Jane Contrera Malacrida
Marco Tullio de Castro Vasconcelos

**Composição da Diretoria
Executiva**

Wellington Rocha
Diretor Presidente

Márcio Luiz Borinelli
Diretor Administrativo-Financeiro

Fernando Dal Ri Murcia
Diretor de Pesquisas

Composição do Conselho Fiscal

Titulares:

José Roberto Kassai
Gustavo Gonçalves Vettori
Joshua Onome Imoniam

Suplentes:

Bruno Meirelles Salotti
Patricia Siqueira Varela
Raquel Wille Sarquis

Mariangela Matias
Contadora CRC 1SP238572/O - 3